

COP30: AVANÇOS, LIMITES E PROTAGONISMOS EM BELÉM

Pedro Roberto Jacobi¹

Leila Vendrametto²

Valeriana Augusta Broetto³

¹ Possui graduação em Ciências Sociais (1973) e em Economia (1972) pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Graduate School of Design - Harvard University (1976), Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1986). Livre Docente em Educação - USP. Foi professor da Faculdade de Educação da USP (1988-2018). É Professor Titular Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/IEE/USP) da Universidade de São Paulo. Membro da Divisão Científica de Gestão, Ciência e Tecnologia Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente/USP. Presidente da Comissão de Pós-Graduação e Coordenador do PROCAM/USP (1998-2000 e 2010-2012). Coordenador do Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental - GovAmb/IEE. Pesquisador Principal CLIMARES - Centro de Pesquisa em Resiliência a Crises e Desastres Climáticos - coordenação do Eixo Transformações Sociais face às Mudanças Climáticas. Coordenador do grupo de Estudos de Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP. Editor-chefe da revista Ambiente e Sociedade (ANPPAS) desde 1997. Pesquisador Colaborador do IEA/USP junto ao Programa USP Cidades Globais. Presidente do Conselho do ICLEI-América do Sul desde 2011. Membro da Diretoria da Anppas 2023-2027 como Diretor de Publicações. Membro do Board Internacional do Instituto SARAS (South American Institute for Resilience and Sustainability Studies/Uruguai) desde 2019. Foi membro do Conselho Diretor de Greenpeace Brasil (2002-2004) (2016-2020).

² Doutora em Ciência Ambiental no Instituto Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, possui graduação em Comunicação em Múltiplos Meios (2007), Licenciatura e Bacharelado em Geografia (2015) pela PUC de São Paulo e especialização Lato-sensu em Ecologia, Arte e Sustentabilidade (2012) pela UNESP. Pesquisadora no grupo de Proposta de diretrizes e planos para a governança e segurança hídrica adaptativa: dimensões técnica, participativa e sustentabilidade, num contexto de mudanças climáticas, nas bacias hidrográficas do Alto Tietê e do Paraíba" projeto Fapesp 2022-08396-0 e 2023/10455-7, em parceria com UFCG/UPB/IFPB/UEPB apoiado pela Fapesq/PB. Também gerente de Natureza e coordenadora do Urbanizar no Instituto Alana. Atualmente represento a sociedade civil organizada, como conselheira no Conselho Consultivo da APA da várzea do rio Tietê (CCAPAVRT/ biênios 2018-2020; 2020-2022 e 2022-2024) e sou coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CCAPAVRT.

³ Doutoranda em Ciência Ambiental pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (bolsista do Programa de Excelência Acadêmica da CAPES). Mestre em Direito Ambiental pela mesma instituição (bolsista do Programa de Excelência Acadêmica da CAPES). Durante o Mestrado, foi monitora da Oficina de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da USP, pesquisadora do Programa USP Municípios (bolsista do Programa Santander-USP de Políticas Públicas) e realizou Estágio Supervisionado em Docência na Escola Politécnica da USP (bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino). Especialista em Direito Ambiental (2022) pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde e Bacharelada em Direito (2020) pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi bolsista de Iniciação Científica do CNPq e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFSC. Atualmente, é pesquisadora da Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais, co-coordenadora do projeto Next-Generation Environmental Law Research do Early Career Specialist Group da World Commission on Environmental Law da IUCN, e pesquisadora no Projeto Climate Litigation in the Global South da Global Network for the Study of Human Rights and the Environment. Foi Youth Delegate do Global Centre for Climate Mobility

Este texto apresenta um balanço geral da 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30), destacando avanços, limitações e protagonismos observados durante o evento. Organizado em blocos temáticos, aborda as negociações formais, o financiamento climático, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), a transição justa, o papel da sociedade civil, das juventudes, da ciência, dos governos locais e das organizações não governamentais. O objetivo é oferecer um panorama informativo e acessível, sem se propor a realizar uma análise aprofundada ou científica das decisões e impactos da conferência.

Avanços e contraditórios da COP30

As expectativas de que a COP30 pudesse impulsionar, finalmente, a ação climática e criar as bases para a implementação de decisões históricas se contrapunham a cenários nacionais e globais complexos. Além do avanço do negacionismo climático, da proliferação de *fake news*, e de retrocessos significativos nas políticas ambientais, a escalada de conflitos e guerras, a insistência na exploração de combustíveis fósseis e o aumento dos eventos extremos desafiaram os avanços esperados.

A participação da sociedade civil e seus vários grupos, muito esperada para a essa COP, que depois de anos aconteceu em um país democrático, foi intensa em distintos espaços, mas não necessariamente se viu refletida em documentos e acordos mais ambiciosos, que colocassem os países e populações mais vulnerabilizados e impactos pela crise climática no centro.

A COP30 era vista como uma oportunidade estratégica para que o Brasil retomasse a liderança global nas questões climáticas, especialmente depois de anos de desmonte das políticas ambientais e de sua diplomacia. A presidência da Conferência, sob André Corrêa do Lago, definiu cinco prioridades para fazer dela a “COP da virada”.

na COP29 e é Organizing Team Expert da Global Platform for Disaster Risk Reduction (2025). Suas pesquisas têm foco em políticas climáticas e de redução do risco de desastres, litigância climática (nacional e internacional) e mobilidade humana induzida por fatores climáticos e ambientais.

Contudo, o contexto internacional não era favorável ao fortalecimento das governanças globais. Entre os focos centrais estavam: promover uma transição justa e acelerada dos combustíveis fósseis para fontes de energia sustentáveis, estruturando uma economia de baixo carbono; erradicar o desmatamento de florestas tropicais até 2030; ampliar o financiamento climático para países menos desenvolvidos; implementar políticas econômicas e socioambientais de adaptação; e reafirmar o multilateralismo. Outro desafio relevante era aproximar a ciência das políticas públicas, fortalecendo práticas integradas e multidisciplinares.

O evento encerrou-se com um conjunto de decisões importantes para o enfrentamento da crise climática – como avanços em adaptação, mecanismos de transição justa e um reconhecimento importante para povos indígenas e afrodescendentes. Entretanto, não conseguiu produzir respostas imediatas para o tema que dominou as negociações finais: a construção de um “mapa do caminho” que orientasse a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. Questões essenciais como a eliminação desses combustíveis e o combate ao desmatamento ficaram fora do documento final. O financiamento climático, considerado crucial tanto para a reparação histórica quanto para apoiar países em desenvolvimento, avançou pouco e permaneceu sem um compromisso público, acessível e livre de endividamento, o que compromete uma transição verdadeiramente equitativa.

Também se observou dificuldade de avançar em temas relacionados aos meios de implementação – regras, instrumentos e prazos – agravada pela recorrente disputa entre países ricos e países em desenvolvimento. O resultado, alcançado após duas semanas de intensas e extensas negociações, expôs divisões profundas sobre o futuro da ação climática. O Brasil buscou sustentar uma imagem de unidade global, mesmo sem a presença de uma delegação oficial dos Estados Unidos, maior emissor histórico do planeta.

No início da COP, a agenda de trabalho foi aprovada rapidamente, mas à custa da retirada de temas sensíveis. Na segunda semana, o Brasil apresentou o texto do Mutirão Global, iniciativa para incluir questões urgentes fora da pauta original e fortalecer a

governança climática por meio da mobilização coletiva. O Mutirão enfatizava a necessidade de ação imediata de todos os setores da sociedade, priorizava a transição justa e defendia o desbloqueio de US\$ 1,3 trilhão em financiamento climático para países em desenvolvimento até 2035. A proposta também buscava promover ações amplas e participativas, como mutirões de reflorestamento e práticas de consumo sustentável. Apesar disso, o resultado final mostrou que o Mutirão enfrentou limites impostos pela busca de consenso.

Uma inovação relevante foi o “Mapa do Caminho”, proposto pela Presidência brasileira, com diretrizes para a redução gradual da dependência dos combustíveis fósseis e do desmatamento. A proposta, apoiada por mais de 80 países, não foi incorporada ao documento final por falta de unanimidade. A retirada do texto representou uma derrota para a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Os países árabes produtores de petróleo, apoiados por nações africanas, bloquearam a proposição, alegando que não poderiam assumir novas obrigações sem recursos adicionais para viabilizar a transição energética e combater a pobreza.

Cientistas e ambientalistas expressaram frustração com a ausência de referências explícitas a roteiros para eliminação dos combustíveis fósseis. Embora o texto final avance na estruturação do debate global e estabeleça a meta de triplicar o financiamento para adaptação até 2035, não menciona diretamente os combustíveis fósseis, o que gerou críticas de diversos movimentos e organizações. Marina Silva ressaltou, contudo, que o Mapa do Caminho não está descartado e permanecerá na agenda de discussão enquanto o Brasil exercer a presidência da COP, até novembro de 2026.

Quanto à adaptação, com a definição de 59 indicadores — alguns criticados por sua falta de clareza ou mensurabilidade — a COP30 conseguiu, pela primeira vez, estabelecer uma base comum para que os países acompanhem seu nível de preparação diante de eventos climáticos extremos. Esses indicadores ajudam a organizar o planejamento e devem orientar investimentos prioritários em adaptação, como saneamento básico e redução da vulnerabilidade de populações em situação de pobreza. Eles também contribuem para que países, sobretudo em desenvolvimento, aprimorem

sistemas de alerta de emergência, obras de contenção de enchentes e mecanismos de prevenção.

Foi aberto um processo de dois anos para detalhar como essas medidas serão implementadas na prática. Os indicadores, porém, são voluntários e não criam novas obrigações. O texto oficial afirma que não são prescritivos, não têm caráter punitivo e não poderão ser utilizados como condição para o acesso a financiamento climático internacional – uma reivindicação central dos países em desenvolvimento ao longo das negociações. Contudo, surgiram questionamentos e frustrações. Sem definição clara de recursos e diante de negociações consideradas pouco transparentes, países do Sul Global avaliam que a meta já nasceu fragilizada.

Financiamento Climático, Contribuições Nacionalmente Determinadas e Transição Justa

O financiamento climático, tema central para os países do Sul Global devido à severidade dos impactos climáticos, apresentou avanços limitados. O texto final apenas menciona o compromisso de ampliar o montante destinado aos países em desenvolvimento para pelo menos US\$ 1,3 trilhão, sem responsabilizar diretamente os maiores emissores históricos – os países do Norte Global – e sem estabelecer metas claras de aporte. Em relação à Meta Global de Adaptação, o convite para triplicar o financiamento até 2035 – e não mais até 2030 – também recebeu críticas pela ausência de compromissos vinculantes.

Os países concordaram em lançar o Acelerador Global de Implementação, um processo de dois anos liderado pelas presidências da COP30 e COP31 destinado a reduzir a distância entre as metas climáticas nacionais (propostas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDCs) e o que é necessário para manter o aquecimento global limitado a 1,5°C. A iniciativa também incorpora acordos da COP28 relacionados à transição da economia global para longe dos combustíveis fósseis. Ainda assim, o financiamento climático foi tratado de forma pouco contundente, sem responsabilização dos principais emissores, sem exigência de maiores contribuições e sem apresentação de números concretos.

Outro ponto de consenso foi o desenvolvimento de um mecanismo de transição energética justa, com foco na ampliação da cooperação internacional, assistência técnica, capacitação e compartilhamento de conhecimento para assegurar uma transição equitativa. Mais de 80 países apoiaram o chamado por um “roadmap” para a transição dos combustíveis fósseis, incluindo os 24 signatários da Declaração de Belém, liderada pela Colômbia. Uma conferência sobre o tema foi convocada para abril, em Santa Marta, na Colômbia.

Entre as iniciativas adicionais, destaca-se o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), idealizado pelo Brasil e apoiado por diversos países, que já comprometeram mais de US\$ 6 bilhões de um total esperado de US\$ 125 bilhões. Brasil, Indonésia, Noruega, Alemanha, França e Portugal figuram entre os primeiros financiadores. No âmbito do Fundo de Perdas e Danos, foram aprovadas diretrizes para sua operacionalização, incluindo a modalidade de financiamento direto no modelo de Barbados, prevendo US\$ 250 milhões para 2025 e 2026. Já o Fundo de Adaptação aumentou o teto de financiamento por país de US\$ 10 milhões para US\$ 25 milhões.

Ao todo, 122 países apresentaram suas novas NDCs, que estabelecem metas nacionais de redução de emissões no âmbito do Acordo de Paris. Embora o número represente um avanço significativo em relação ao prazo inicial de fevereiro de 2025, a ambição coletiva ainda é considerada insuficiente para manter o aquecimento abaixo de 1,5°C – que já parece um objetivo distante.

Foi acordado também um compromisso de triplicar, até 2035, o financiamento para adaptação, chegando a até US\$ 120 bilhões anuais. Ambientalistas, porém, avaliaram negativamente a extensão do prazo de 2030 para 2035, sobretudo diante do agravamento da crise climática e da crescente frequência de eventos extremos. Apesar da falta de valores definidos, especialistas consideram o compromisso de triplicar o financiamento um avanço por reconhecer a urgência do tema.

Por fim, aprovou-se o desenvolvimento do primeiro mecanismo internacional dedicado exclusivamente às transições justas, considerado um dos avanços institucionais mais concretos dos últimos anos. O Mecanismo de Ação de Belém (BAM) busca

promover uma transição justa global baseada em direitos humanos, equidade e inclusão, ampliando a participação de povos indígenas, mulheres, comunidades locais e grupos vulnerabilizados. O foco recai sobre trabalhadores e comunidades diretamente afetados pela mudança para uma economia de baixo carbono, articulando esforços no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris.

Construído a partir de propostas de movimentos sociais, sindicatos, organizações ambientais e redes globais de clima, o BAM estabelece bases para uma política coordenada, financiada e monitorável em escala internacional. Ele prioriza que os países adotem passos concretos para a transição justa, criem um sistema global de troca de práticas e políticas, facilitem o acesso a financiamento e tecnologia – especialmente para países com baixa capacidade institucional – e assegurem que todas as ações estejam ancoradas em direitos humanos, inclusão e justiça climática.

O protagonismo da Sociedade Civil e a participação de distintos grupos

Embora os avanços nas negociações formais tenham sido limitados, a COP30 destacou-se, no plano extraoficial, como um marco de intensa mobilização social. Após quatro edições realizadas em países com restrições à participação pública, a conferência reabriu espaços de incidência política, permitindo que a sociedade civil – incluindo povos e comunidades historicamente excluídos, bem como aqueles mais afetados pelos eventos climáticos extremos – demonstrasse sua força, diversidade e capacidade de articulação.

Entre os espaços paralelos aos debates oficiais, a Cúpula dos Povos, realizada de 12 a 16 de novembro na Universidade Federal do Pará (UFPA), reuniu mais de 25 mil credenciados, segundo balanço oficial da instituição. Mais de 1.500 organizações participaram do processo e assinaram a Carta Política da Cúpula, evidenciando a amplitude das articulações intersetoriais presentes no evento.

A chamada Aldeia COP, estruturada para acolher representantes de povos originários, hospedou cerca de 3 mil indígenas, conforme dados do Ministério dos Povos Indígenas. O espaço consolidou-se como um dos principais pólos de intercâmbio cosmopolítico durante a conferência. Já a Marcha Global pelo Clima, manifestação central da Cúpula, mobilizou aproximadamente 70 mil pessoas em um percurso de 4,5

km pelas ruas de Belém, configurando uma das maiores demonstrações públicas por justiça climática no contexto da COP30.

Pela primeira vez na história das COPs, o tema do racismo ambiental alcançou centralidade. A presidência brasileira publicou uma declaração conclamando todas as nações a enfrentar as desigualdades que impactam de maneira desproporcional pessoas negras, povos indígenas e comunidades tradicionais. O termo “afrodescendente” apareceu de forma inédita em documentos oficiais relativos à Transição Justa, ao Plano de Ação de Gênero e aos Objetivos Globais de Adaptação, constituindo um marco histórico. A temática também foi transversal em diversos eixos da Cúpula dos Povos.

A COP30 impulsionou ainda o diálogo e a articulação em torno da proteção dos territórios indígenas, resultando na homologação de novas terras e no lançamento de um programa de demarcação e gestão territorial. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) teve atuação central, cobrando participação efetiva e denunciando projetos de infraestrutura e legislações, como o marco temporal, que ameaçam direitos territoriais. A expectativa é de que haja avanços no reconhecimento territorial e no fortalecimento de mecanismos de financiamento direto para povos indígenas, reafirmando a centralidade de seus territórios na conservação ambiental.

As mobilizações indígenas — que reuniram cerca de 3 mil representantes do Brasil e de outros países, abrigados na Aldeia COP, incluindo 900 credenciados pela ONU – contribuíram para o anúncio de avanços nos processos de demarcação de terras, uma das principais bandeiras levadas à conferência. Nesse contexto, a APIB, a COIAB e outras representações apresentaram a NDC Indígena, que destaca o papel fundamental dos povos originários na proteção florestal e na regulação dos ciclos climáticos. Esse papel foi parcialmente reconhecido no texto final de mitigação, que incorporou a importância da gestão sustentável das florestas em territórios indígenas como componente das estratégias globais de redução de emissões.

Como parte das decisões, ficou estabelecido que povos indígenas e comunidades locais receberão apoio direto e indireto por meio da renovação, até 2030, do Compromisso sobre Florestas e Posse da Terra, estimado agora em US\$ 1,8 bilhão. Entretanto, Mathai

destacou um dado crítico: apenas 10% dos US\$ 1,7 bilhão comprometidos no pacto anterior (2021–2025) chegaram diretamente às comunidades. “O novo pacto precisa garantir acesso direto aos recursos e promover uma mudança de poder, de projetos feitos para elas para soluções lideradas por elas”, afirmou.

Avanços também foram registrados no tema de gênero. O Plano de Ação de Gênero 2026–2034 foi aprovado após forte incidência de movimentos feministas, negros e latino-americanos, reconhecendo defensoras ambientais, o trabalho de cuidados, a violência de gênero e, pela primeira vez, mulheres e meninas afrodescendentes como centrais na ação climática. No entanto, o plano não define metas de participação nem prevê recursos específicos para sua implementação, e os debates sobre o próprio conceito de “gênero” ainda dividem países.

Ainda assim, o tema de gênero ganhou maior visibilidade, com a atualização do Plano de Ação de Gênero (GAP), referências inéditas a mulheres afrodescendentes, indígenas e quilombolas em documentos oficiais e o fortalecimento de abordagens interseccionais que reconhecem os impactos desproporcionais da crise climática. Diversas iniciativas foram apresentadas, incluindo a Estratégia Transversal Mulheres e Clima e novos protocolos para apoiar mulheres e meninas em situações de emergência climática. Persistem, contudo, desafios, especialmente a falta de financiamento e a resistência de alguns países em adotar medidas mais ambiciosas para garantir uma transição verdadeiramente justa.

Houve um reconhecimento formal de que as mudanças climáticas intensificam as crises humanitárias e provocam deslocamentos forçados, exacerbando vulnerabilidades e gerando novos riscos. As Agências da ONU como a Agência para Refugiados (ACNUR) lançaram relatórios como o "Sem Escapatória II", que apresentaram dados e soluções para comunidades afetadas pela interseção de conflitos, deslocamento e choques climáticos. Isto demanda ações concretas e de financiamento direcionado para apoiar refugiados e deslocadas. Houve um esforço para garantir que as vozes de pessoas deslocadas e refugiadas fossem ouvidas nas negociações climáticas e que os compromissos se traduzissem em apoio concreto no terreno. As discussões buscaram conectar a agenda

ambiental e a humanitária, construindo caminhos para a promoção da justiça climática, inclusive por meio do financiamento climático que priorize as populações afetadas, e as múltiplas causas, como enchentes, secas e aumento do nível do mar, e como essas causas estão ligadas a outras vulnerabilidades pré-existentes.

A presença das juventudes

A COP30 representou um avanço significativo na institucionalização da participação infantojuvenil nos espaços climáticos, com o Pavilhão das Crianças e Juventudes na Blue Zone e a realização da inédita Cidade das Juventudes em Belém – um espaço de formação, articulação política e produção coletiva da Carta da Juventude (Children and Youth Pavilion, 2025; Cidade das Juventudes/UNFPA, 2025). Entre 9 e 21 de novembro, o acampamento reuniu jovens de mais de 80 países em um ambiente que funcionou como laboratório de educação popular, formação política e diplomacia jovem. Plenárias, oficinas, debates e trabalhos colaborativos culminaram na elaboração da Carta da Juventude à COP30, documento de incidência que consolidou demandas relacionadas ao clima, aos territórios e à equidade.

A presença juvenil articulou-se fortemente a partir da Amazônia. Lideranças jovens indígenas, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e periféricas ampliaram sua projeção, impulsionadas por processos preparatórios como o Juventudes Amazônia COP30, realizado em Alvarães (AM), e pelas ações do Comitê Consultivo de Jovens do Painel Científico para a Amazônia. Essas iniciativas fortaleceram uma agenda amazônica jovem, conectando saberes territoriais, ciência cidadã e reivindicações por autodeterminação climática. Além disso, as MiniCOPs realizadas em escolas de diferentes regiões permitiram que crianças também ocupassem a agenda climática.

As MiniCOPs foram uma iniciativa estratégica para garantir a participação de crianças e adolescentes no contexto da COP30. No Mutirão das MiniCOPs (AGÊNCIA GOV/EBC, 2025), dez projetos foram selecionados em todo o Brasil, cada um recebendo R\$ 3 mil para desenvolver atividades com pelo menos quinze crianças ou adolescentes, valorizando a diversidade territorial e cultural — incluindo escolas e comunidades

indígenas, quilombolas e periféricas. Criadas pelo Instituto Alana e pelo PerifaLab, em parceria com a campeã jovem da COP30, Marcele Oliveira, as MiniCOPs adaptam o modelo das conferências da ONU para a realidade infantojuvenil. Segundo dados do Instituto Alana, já foram realizadas 106 MiniCOPs em 10 países e 16 estados brasileiros, envolvendo cerca de 4.200 crianças e adolescentes (COP30, 2025). A World Vision International descreve esses espaços como ambientes participativos de mapeamento de riscos climáticos, diálogos temáticos e formulação de compromissos locais, posteriormente consolidados em manifestos regionais, como o Manifesto da Amazônia.

No âmbito institucional, jovens do programa Jovem Senador participaram de mesas e painéis na Zona Verde, trazendo ao debate internacional temas como racismo ambiental, educação climática e participação política – reforçando a importância de mecanismos nacionais de formação cidadã articulados com a diplomacia multilateral. Já no Pavilhão das Crianças, instalado na Blue Zone, crianças e adolescentes puderam apresentar experiências e preocupações diante da crise climática em exposições, rodas de conversa, diálogos com negociadores, atividades educativas e propostas de adaptação lideradas por elas mesmas. A presença de crianças e adolescentes em um espaço tradicionalmente reservado a autoridades e delegações nacionais representou um avanço histórico, ampliando o debate sobre justiça intergeracional e responsabilidade ética com as futuras gerações.

O dia dedicado à infância reforçou essa movimentação, reunindo falas de crianças de diferentes continentes que expuseram os impactos desiguais dos eventos extremos sobre suas vidas, saúde e educação. Relatos de meninas indígenas e quilombolas da Amazônia, assim como de adolescentes de países africanos e insulares, ofereceram perspectivas potentes sobre vulnerabilidades e estratégias comunitárias de cuidado e adaptação.

Somadas às mobilizações culturais e territoriais, como a Aldeia COP e os diversos coletivos de juventudes negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, essas iniciativas consolidaram uma presença inédita de infâncias e juventudes na COP30. A participação infantojuvenil impulsionou processos de aprendizagem social,

fortalecimento identitário e construção de agendas próprias, reposicionando jovens e crianças como atores políticos centrais na arena climática global.

O papel da ciência e dos cientistas

A comunidade científica também desempenhou um papel ativo durante a COP30, buscando chamar a atenção dos negociadores para a urgência de abandonar os combustíveis fósseis. No Pavilhão de Ciência Planetária, área oficial dedicada à ciência na conferência, alguns dos principais climatologistas do mundo divulgaram uma declaração contundente. Nela, classificaram como “provocação” as propostas de textos que tratavam de roteiros ou caminhos para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e para o fim do desmatamento, argumentando que tais documentos eram insuficientes diante da gravidade da crise climática.

Os cientistas reconheceram o esforço do Brasil nas etapas finais das negociações, mas apontaram que interesses específicos prevaleceram e bloquearam avanços substantivos. Reforçaram que não é possível manter o aquecimento global dentro dos limites do Acordo de Paris sem eliminar a dependência dos combustíveis fósseis no menor prazo possível. Caso isso não ocorra, afirmam, o mundo poderá ser conduzido para uma mudança climática perigosa em menos de uma década.

A declaração convoca governos a fazer uma escolha clara: proteger vidas ou proteger a indústria do petróleo. Segundo os especialistas, uma transição energética alinhada à ciência exige ações urgentes, especialmente diante do fracasso, até agora, em implementar plenamente os objetivos do Acordo de Paris. Eles defendem que a curva global de emissões seja reduzida imediatamente, atingindo emissões zero absolutas de combustíveis fósseis até 2040, ou, no limite, até 2045. Para isso, a curva de emissões globais deveria começar a cair já em 2026, com reduções de pelo menos 5% ao ano nas emissões de CO₂ provenientes de combustíveis fósseis.

Os cientistas alertam que, sem essas ações, o planeta enfrentará impactos climáticos incontroláveis e de altíssimo custo humano e econômico, afetando de forma

generalizada as populações mais vulneráveis. Por isso, defendem a interrupção de qualquer novo investimento em combustíveis fósseis, a eliminação de todos os subsídios a essas fontes de energia e a implementação de um plano global para introduzir energias renováveis de maneira justa e acelerar a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. Essas recomendações dialogam diretamente com o Mapa do Caminho, proposto pelo Brasil durante a conferência, ainda que não incorporado ao texto final.

Os governos locais e as Organizações Não Governamentais

Os governos locais desempenharam um papel de destaque na COP30, sendo reconhecidos como atores essenciais para acelerar a implementação climática global. Cidades e regiões foram formalmente integradas à agenda principal das negociações climáticas da ONU, consolidando um avanço importante em direção à governança multinível.

A presidência da COP30, liderada pelo Brasil, enfatizou que o cumprimento das metas do Acordo de Paris depende de ações concretas em nível local. Entre as prioridades apresentadas esteve a ampliação do acesso direto de governos subnacionais a mecanismos de financiamento climático, incluindo fundos para perdas e danos e iniciativas de adaptação, como o programa brasileiro *AdaptaCidades*. Estudos lançados pela presidência destacaram a crescente inclusão de municípios e estados nas NDCs, evidenciando sua importância para a estrutura global de implementação.

Nos diversos pavilhões, cidades e regiões compartilharam experiências, apresentando boas práticas em adaptação, resiliência, economia circular, gestão de resíduos e resfriamento sustentável. Essa circulação de experiências reforçou a ideia de um federalismo climático cooperativo, no qual a ação climática reconhece especificidades territoriais e prioriza comunidades vulneráveis. Ferramentas, dados e diagnósticos foram apresentados por ONGs e redes de governos locais para qualificar políticas públicas orientadas pela justiça climática.

O Fórum de Líderes Locais, parte oficial da COP30, reuniu centenas de autoridades de diferentes continentes para firmar compromissos e fortalecer parcerias

voltadas à ação climática em nível subnacional. Nas discussões, destacou-se a necessidade de alinhar políticas climáticas com justiça social, proteção de populações vulneráveis e inclusão de povos indígenas e comunidades tradicionais – reconhecendo a centralidade de seus territórios no enfrentamento da crise climática.

Apesar do crescente reconhecimento internacional, persistem desafios, como assimetrias institucionais e limites de governança, que dificultam a implementação plena das ações. Ainda assim, há expectativa de que o fortalecimento dos governos locais contribua para medidas mais eficazes, integrando a ação climática à erradicação da pobreza e da fome e promovendo uma transição orientada pela justiça social e climática.

Nesse processo, as organizações não governamentais tiveram papel determinante ao ampliar a participação de diferentes setores sociais, especialmente povos indígenas e comunidades tradicionais. Movimentos e ONGs organizaram espaços próprios – como a “Casa das ONGs”, promovida pela Abong, e atividades na Cúpula dos Povos – criando arenas para debates e propostas alternativas que dialogassem com os processos oficiais. A atuação desses grupos reforçou a importância de uma leitura interseccional da crise climática, incorporando dados socioeconômicos e racializados para qualificar políticas de justiça climática.

Destaca-se a diversidade de organizações presentes – como Greenpeace, WWF, WRI, Oxfam Brasil, Instituto Socioambiental, SOS Mata Atlântica, ABONG, Climate Action Network e Centro Brasileiro de Justiça Climática – que contribuíram para ampliar a visibilidade das demandas locais e pressionar por uma governança multinível robusta, capaz de integrar governos, sociedade civil, academia e setor privado em soluções climáticas mais eficazes e inclusivas.

Entre frustrações e avanços

A COP30 deixa um balanço marcado por contrastes, avanços relevantes e importantes indefinições. Embora a conferência tenha produzido progressos históricos em temas como justiça racial e de gênero, participação social ampliada e institucionalização da transição justa, o resultado final ficou aquém da urgência exigida

pela crise climática – especialmente no que diz respeito à eliminação dos combustíveis fósseis, ao combate ao desmatamento e ao financiamento climático. As divisões geopolíticas ficaram explícitas, limitando consensos e bloqueando decisões mais robustas.

Ainda assim, Belém registrou conquistas significativas, como o reconhecimento oficial, pela primeira vez em uma COP, do papel de povos afrodescendentes, incluindo comunidades quilombolas brasileiras, na mitigação das mudanças climáticas. Para organizações da sociedade civil, uma das maiores vitórias foi a decisão de desenvolver um mecanismo global para apoiar *transições justas*, garantindo cooperação, assistência técnica e troca de conhecimentos entre países. Esse mecanismo contempla trabalhadores, povos indígenas, comunidades locais, migrantes, afrodescendentes, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados.

Em um contexto internacional de forte polarização, havia o risco de paralisia das negociações. No entanto, prevaleceu a defesa do multilateralismo e o apelo para acelerar a implementação de políticas existentes, ampliar o financiamento climático, avançar em adaptação e operacionalizar o Fundo de Perdas e Danos. Ainda assim, a ausência de referências explícitas aos combustíveis fósseis e ao *Mapa do Caminho* levanta dúvidas sobre a disposição das Partes em assumir compromissos mais ambiciosos no curto prazo. A presidência da COP30 tratou o *Mapa do Caminho* como tema paralelo, evitando o confronto direto com a questão mais sensível da diplomacia climática contemporânea: a nomeação e superação dos combustíveis fósseis.

A Colômbia teve uma atuação marcante ao contestar publicamente o texto final e denunciar que a recusa em nomear os fósseis alimenta o negacionismo climático e favorece interesses petroleiros. O ponto mais relevante da conferência, a construção de roteiros para encerrar o desmatamento e abandonar os combustíveis fósseis, ficou fora das decisões formais devido à exigência de consenso no âmbito da UNFCCC e à resistência de países produtores de petróleo. Os resultados limitados da COP30, portanto, expõem sinais de desgaste do modelo decisório baseado no consenso e indicam a necessidade de debater reformas no processo multilateral do clima.

O assunto mais importante dessa COP ficou fora das decisões formais, pois a construção de mapas do caminho para acabar com o desmatamento e se afastar dos combustíveis fósseis não foi possível dentro do processo formal da UNFCCC que exige consenso para a tomada de decisões, em virtude da resistência de países produtores de petróleo.

Os resultados limitados da COP30 mostram sinais de desgaste no modelo de decisões por consenso e indicam a necessidade de discutir mudanças no processo da UNFCCC. Portanto, várias questões seguem abertas e devem ser retomadas na próxima conferência da ONU sobre clima, marcada para 2026, em Antália, na Turquia.

Apesar das lacunas, o encontro deixou importantes marcos: o estabelecimento do Mecanismo de Ação de Belém (BAM) para transições justas; os avanços na Meta Global de Adaptação; e o compromisso de triplicar o financiamento para adaptação até 2035. Como afirmou o secretário-executivo da UNFCCC, Simon Stiell, a conferência ocorreu em meio a um cenário internacional instável, marcado por “águas políticas turbulentas”, negacionismo, tensões geopolíticas e retração da cooperação – um contexto agravado pelo isolamento dos Estados Unidos e pelo discurso climático do governo Trump, com reflexos inclusive no G20. Mesmo diante disso, os 194 países presentes enviaram uma mensagem de reafirmação do processo multilateral.

Finalmente, a primeira COP realizada na Amazônia trouxe para o centro do debate global aqueles que vivem na linha de frente da crise climática. Ao revelar a realidade e as contradições de uma cidade amazônica a delegações e movimentos de todo o mundo, Belém reforçou que não há solução climática possível sem justiça territorial, participação social ampla e enfrentamento direto das causas estruturais da crise ambiental.

Referências:

AGÊNCIA GOV. / EBC. Crianças e adolescentes: Mutirão MiniCOPs no Dia das Crianças. Brasília, 02 out. 2025. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202510/criancas-e-adolescentes-mutirao-minicops-dia-das-criancas> Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Plantão integrado para crianças e adolescentes na COP30 já está em funcionamento a partir desta semana. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/plantao-integrado-para-criancas-e-adolescentes-na-cop30-ja-esta-em-funcionamento-a-partir-desta-semana> Acesso em: 30 nov. 2025.

CHILDREN AND YOUTH PAVILION. Children and Youth Pavilion at COP30. 2025. Disponível em: <https://www.childrenandyouthpavilion.info> Acesso em: 30 nov. 2025.

CIDADE DAS JUVENTUDES. Cidade das Juventudes – COP30. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2025. Disponível em: <https://www.unfpa.org/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

COP30 - Belém do Pará. Crianças e adolescentes são convidados a expressar percepções e soluções para a crise do clima em Mutirão de MiniCOPs. Belém, 26 set. 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/criancas-e-adolescentes-sao-convidados-a-expressar-percepcoes-e-solucoes-para-a-crise-do-clima-em-mutirao-de-minicops>

Acesso em: 01 dez. 2025.

INSTITUTO ALANA. COP das Crianças (COP for Children): colocando os direitos de crianças e adolescentes no centro da ação climática. 2025. Disponível em: <https://copdascrianças.alana.org.br/en/childrenscop/> Acesso em: 01 Dez. 2025.

UNFCCC, UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE.

Youth-Led Climate Forum – COP30 Sessions. Bonn, 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/>. Acesso em: 30 nov. 2025.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
**CLIMA, RECURSOS
HÍDRICOS E
PLANEJAMENTO**

UNICEF; UNDP. Youth and Children at COP30: priorities for climate justice. Nova Iorque, 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/> . Acesso em: 30 nov. 2025.

WORLD VISION INTERNATIONAL. Mini-COP30: Amazonian MiniCOPs: Children's Voices on the Road to COP30. Disponível em: <https://www.wvi.org/mini-cop-30> Acesso em: 01 Dez. 2025.